

TRIBUNAL PLENO - SESSÃO PRESENCIAL DE 08/09/2025

	PROCESSO	TESE APROVADA
1	RRAg - 69-46.2024.5.10.0015 TEMA 303	<u>REAFIRMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA</u> SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA (GFC) E FUNÇÃO COMISSIONADA TÉCNICA (FCT). IMPOSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO. VERBAS DE <u>NATUREZA JURÍDICA DISTINTA.</u> A gratificação de Função de Confiança (GFC) e a Função Comissionada Técnica (FCT) devidas aos empregados do SERPRO não são passíveis de compensação, pois possuem natureza jurídica distinta.
2	RR - 213-62.2023.5.12.0059 TEMA 311	<u>CONVERTIDO EM AFETAÇÃO</u> <i>É possível a juntada de documentos em momento posterior ao da apresentação da defesa, desde que até o encerramento da instrução probatória?</i>
3	RR - 243-36.2024.5.06.0122 TEMA 304	<u>REAFIRMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA</u> É cabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais nos processos extintos sem resolução do mérito em razão do princípio da

	PROCESSO	TESE APROVADA
		causalidade e do disposto no artigo 85 do CPC, aplicável subsidiariamente ao processo do trabalho.
4	RR - 427-32.2022.5.17.0000 (AFETAÇÃO) TEMA 312	<u>AFETAÇÃO</u> <i>Para a validade da dispensa de pessoa com deficiência ou reabilitada pela Previdência Social, basta a comprovação do atendimento do percentual mínimo previsto pelo art. 93 da Lei 8.213/91, ou também é necessária a prévia contratação de substituto em condição semelhante à do empregado dispensado?</i>
5	RR - 437-14.2021.5.07.0025	<u>REAFIRMAÇÃO DA SÚMULA 427:</u> INTIMAÇÃO. PLURALIDADE DE ADVOGADOS. PUBLICAÇÃO EM NOME DE ADVOGADO DIVERSO DAQUELE EXPRESSAMENTE INDICADO. NULIDADE. Havendo pedido expresso de que as intimações e publicações sejam realizadas exclusivamente em nome de determinado advogado, a comunicação em nome de outro profissional constituído nos autos é

	PROCESSO	TESE APROVADA
	TEMA 305	nula, salvo se constatada a inexistência de prejuízo.
7	RR - 766-12.2023.5.05.0122 TEMA 313	<u>CONVERTIDO EM AFETAÇÃO (OJ 361):</u> APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. UNICIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO. MULTA DE 40% DO FGTS SOBRE TODO O PERÍODO. A aposentadoria espontânea é causa de extinção do contrato de trabalho?
8	RR - 10240-61.2024.5.15.0035 TEMA 306	<u>REAFIRMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA:</u> REPRESENTATIVO PARA REAFIRMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INCIDENTE DE RECURSO REPETITIVO. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E DE COMBATE ÀS ENDEMIAS. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. ART. 9º-A, § 3º, DA LEI Nº 11.350/2006. A partir da vigência da Lei nº 13.342/2016, o adicional de insalubridade do agente comunitário de saúde e do agente de combate às endemias deve ser calculado com base em seu vencimento ou salário-base (Art. 9º, § 3º, da Lei 11.350/2006).

	PROCESSO	TESE APROVADA
10	RR - 10638-88.2024.5.03.0084 TEMA 307	<u>REAFIRMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA</u> O exercício do cargo de gerência ou de função de confiança não constitui causa de suspeição da testemunha, salvo quando houver ausência de isenção de ânimo para ser ouvida no processo ou quando a testemunha arrolada detiver poderes de mando e gestão equiparados aos do empregador.
11	RR - 11434-31.2015.5.03.0008 TEMA 308	<u>REAFIRMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA</u> O empregado que ocupa cargo de confiança, nos termos do art. 62, II, da CLT, tem direito ao pagamento em dobro dos dias destinados a repouso, quando trabalhados e não compensados.
13	RR - 20286-91.2023.5.04.0022 TEMA 309	<u>REAFIRMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA</u> As progressões por antiguidade de empregado da ECT originadas de PCCS são compensáveis com as progressões de mesma natureza provenientes de norma coletiva.
14	RR - 20563-51.2022.5.04.0731 TEMA 310	<u>REAFIRMAÇÃO DA OJ 398</u> CONTRIBUIÇÃO HOMOLOGADO PREVIDENCIÁRIA. ACORDO EM JUÍZO SEM

	PROCESSO	TESE APROVADA
		<p>RECONHECIMENTO DE VÍNCULO DE EMPREGO. Nos acordos homologados em juízo em que não haja o reconhecimento de vínculo empregatício, é devido o recolhimento da contribuição previdenciária, mediante a alíquota de 20% a cargo do tomador de serviços e de 11% por parte do prestador de serviços, na qualidade de contribuinte individual, sobre o valor total do acordo, respeitado o teto de contribuição. Inteligência do § 4º do art. 30 e do inciso III do art. 22, todos da Lei n.º 8.212, de 24.07.1991. Nem mesmo a previsão de que o valor ajustado refere-se a indenização civil afasta a incidência das contribuições devidas à Previdência Social.</p>